

J. E. CARREIRA ALVIM

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME I

Parte Geral

Com Objetivo Prático

**5ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2024

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-1039-7



Brasil – R. Flávio Dalleggrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Manual de Processo Civil./ J. E. Carreira Alvim./

5ª ed. rev. atual./ Curitiba: Juruá, 2024.

544p. – v. 1

1. Código de Processo Civil. I. Título.

CDD 347(22.ed)

CDU 347

000001

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1	NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	17
1	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	17
1.1	Princípio do Impulso Processual	18
1.2	Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	19
1.3	Princípio da Duração Razoável do Processo	19
1.4	Princípio da Cooperação Processual	21
1.5	Princípio da Finalidade Social da Lei e as Exigências do Bem Comum	21
1.6	Princípio da Paridade de Tratamento	23
1.7	Princípio do Contraditório	23
1.8	Princípio da Publicidade	24
1.9	Princípio da Fundamentação	25
1.10	Princípio da Cronologia da Conclusão	26
Capítulo 2	NORMAS PROCESSUAIS E SUA APLICAÇÃO	27
2	ALCANCE DAS NORMAS PROCESSUAIS	27
2.1	Irretroatividade da Norma Processual	28
2.2	Subsidiariedade ou Supletividade do Código de Processo Civil	28
Capítulo 3	JURISDIÇÃO E AÇÃO	31
3	JURISDIÇÃO CIVIL	31
3.1	Ação e Condições da Ação	32
3.2	Substituição Processual	32
3.3	Ação Declaratória	36
3.4	Questão Prejudicial e Coisa Julgada	38
Capítulo 4	LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	43
4	LIMITES DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA	43
4.1	Jurisdição Exclusiva	48
4.2	Jurisdição Concorrente	50
4.3	Foro Exclusivo Estrangeiro	51

Capítulo 5 – COOPERAÇÃO JURÍDICA	53
5 COOPERAÇÃO JURÍDICA	53
5.1 Cooperação Nacional	53
5.2 Cooperação Recíproca entre Juízos.....	54
5.3 Modalidades de Cooperação Nacional	54
5.4 Cooperação Jurídica Internacional	56
5.5 Garantias na Cooperação Internacional	57
5.6 Objeto da Cooperação Internacional	59
Capítulo 6 – PROCEDIMENTO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ..	63
6 PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA ATIVO E AUTORIDADE CENTRAL.....	63
6.1 Pedido de Cooperação Jurídica Passivo e Recusa de Cumprimento.....	66
6.2 Instrução do Pedido de Cooperação Internacional Passivo	67
6.3 Reciprocidade de Tratamento na Cooperação Internacional	68
Capítulo 7 EXECUÇÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	69
7 MEIOS DE EXECUÇÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	69
7.1 Pedido de Auxílio Direto e Requisitos	70
7.2 Formalidade do Pedido de Auxílio Direto.....	71
7.3 Objeto do Pedido de Auxílio Direto	73
7.4 Procedimento no Pedido de Auxílio Direto	74
7.5 Competência de Atribuições no Pedido de Auxílio Direto.....	75
7.6 Pedido de Auxílio Direto Passivo.....	75
7.7 Competência da Justiça Federal no Pedido de Auxílio Direto	76
7.8 Cumprimento de Carta Rogatória.....	77
7.9 Roteiro da Carta Rogatória.....	78
Capítulo 8 – COMPETÊNCIA INTERNA	81
8 COMPETÊNCIA	81
8.1 Critérios de Determinação da Competência	85
8.2 Competência em Razão da Matéria e do Valor	86
8.3 Competência em Razão da Pessoa	87
8.4 Competência Funcional.....	90
8.5 Competência Territorial na Ação sobre Bens Móveis.....	91
8.6 Competência Territorial na Ação Real sobre Bens Imóveis.....	92
8.7 Foro do Inventário e Partilha.....	93
8.8 Foro do Ausente	94
8.9 Foro do Incapaz.....	95

8.10	Foro da União.....	96
8.11	Foro dos Estados e do Distrito Federal.....	96
8.12	Foros Especiais.....	97
8.13	Modificação da Competência por Conexão ou Continência	101
8.14	Ação Contínente e Ação Contida	105
8.15	Modificação da Competência pela Prevenção.....	107
8.16	Prevenção na Competência Territorial-Funcional	109
8.17	Competência em Ação Acessória.....	109
8.18	Competência e Questão Prejudicial.....	110
8.19	Competência Relativa e Absoluta e Eleição de Foro.....	111
8.20	Incompetência de Foro e de Juízo	113
8.21	Prorrogação de Competência.....	116
8.22	Conflito de Competência	117
Capítulo 9 – CAPACIDADE DAS PARTES		121
9	CAPACIDADE PROCESSUAL DAS PARTES	121
9.1	Incapacidade Absoluta e Incapacidade Relativa.....	122
9.2	Curador Especial	122
9.3	Consentimento do Cônjuge e Litisconsórcio Necessário	124
9.4	Suprimento Judicial de Consentimento	127
9.5	Representação Processual.....	129
9.6	Sanação de Irregularidade ou Defeito Processual	134
Capítulo 10 – PARTES E PROCURADORES.....		137
10	PARTES E PROCURADORES	137
10.1	Deveres Processuais e seus Destinatários.....	137
10.2	Expressões Injuriasas no Processo e Riscadura.....	145
Capítulo 11 – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ		149
11	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E PENALIDADES.....	149
11.1	Hipóteses de Má-Fé Processual.....	150
11.2	Condenação do Litigante de Má-Fé.....	152
Capítulo 12 – DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....		155
12	RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS PROCESSUAIS	155
12.1	Despesas da Sucumbência.....	157
12.2	Extensão da Sucumbência e Remuneração do Assistente Técnico.....	158
12.3	Honorários Advocatícios	160

12.3-A	Honorários advocatícios na reconvenção	161
12.4	Honorários no Cumprimento de Sentença e na Execução	161
12.5	Honorários Advocatícios nos Recursos	162
12.6	Extensão da Fixação dos Honorários Advocatícios.....	164
12.7	Honorários nas Causas em que é Parte a Fazenda Pública.....	165
12.8	Honorários nas Causas de Valor Inestimável ou Irrisório	168
12.9	Honorários nas Ações Indenizatórias por Ato Ilícito	169
12.10	Honorários Advocatícios na Perda de Objeto do Processo.....	169
12.11	Sucumbência nos Embargos à Execução.....	170
12.12	Natureza Jurídica da Verba Honorária	171
12.13	Honorários em Favor de Sociedade de Advogados	172
12.14	Honorários na Advocacia em Causa Própria e Fixados por Arbitramento Judicial.....	172
12.15	Omissão da Decisão de Honorários Advocatícios	173
12.16	Honorários de Sucumbência em Favor de Advogado Público	173
12.17	Despesas Processuais na Sucumbência Recíproca	174
12.18	Despesas e Honorários no Litisconsórcio.....	175
12.19	Despesas Judiciais nos Procedimentos Voluntários	175
12.20	Despesas Processuais nos Juízos Divisórios.....	176
12.21	Desistência, Renúncia ou Reconhecimento do Pedido.....	177
12.22	Atos Praticados a Requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública	179
12.23	Repropositura da Ação e Despesas de Condenação Anterior	182
12.24	Despesas no Adiamento de Atos Processuais.....	183
12.25	Despesas Processuais na Assistência.....	184
12.26	Despesas Processuais na Perícia.....	184
12.27	Despesas de Perícia na Gratuidade da Justiça	186
12.28	Natureza Jurídica das Sanções aos Litigantes	188
Capítulo 13 – JUSTIÇA GRATUITA		189
13	BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA	189
13.1	Momento da Formulação do Pedido de Gratuidade	191
13.2	Indeferimento da Gratuidade e Comprovação de Pressupostos.....	193
13.3	Recurso da Decisão sobre Justiça Gratuita.....	194
13.4	Consequências da Revogação da Gratuidade	198
Capítulo 14 – REPRESENTAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO.....		199
14	REPRESENTAÇÃO DA PARTE NO PROCESSO	199
14.1	Capacidade Postulatória	200

14.2	Poderes Compreendidos na Procuração	201
14.3	Postulação em Causa Própria	203
14.4	Direitos do Advogado no Processo	203
Capítulo 15 – SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES NO PROCESSO.....		209
15	SUCESSÃO VOLUNTÁRIA <i>ENTRE VIVOS</i>	209
15.1	Sucessão Compulsória.....	210
15.2	Sucessão <i>Causa Mortis</i>	211
15.3	Revogação do Mandato	213
15.4	Renúncia ao Mandato.....	214
Capítulo 16 – PROCESSO LITISCONSORCIAL		217
16	LITISCONSÓRCIO	217
16.1	Limitação de Litisconsórcio	218
16.2	Litisconsórcio Necessário.....	221
16.3	Nulidade e Ineficácia da Sentença.....	222
16.4	Litisconsórcio Unitário.....	224
16.5	Relações Processuais entre os Litisconsortes	225
Capítulo 17 – ASSISTÊNCIA.....		229
17	ASSISTÊNCIA E MOMENTO DE INGRESSO	229
17.1	Prazo para Impugnação	231
17.2	Falta de Interesse Jurídico em Intervir	232
17.3	Assistência Simples.....	233
17.4	Revelia do Assistido e Substituição Processual.....	235
17.5	Poderes da Parte Principal na Assistência	235
17.6	Eficácia da Assistência e Coisa Julgada	236
17.7	Assistência Litisconsorcial	238
Capítulo 18 DENUNCIÇÃO DA LIDE.....		241
18	CASOS DE DENUNCIÇÃO DA LIDE	241
18.1	Direito Regressivo em Ação Autônoma.....	243
18.2	Denúnciação Sucessiva da Lide	243
18.3	Citação na Denúnciação da Lide	244
18.4	Denunciado como Litisconsorte do Denunciante.....	244
18.5	Procedimento na Denúnciação da Lide	246
18.6	Cumprimento da Sentença Também contra o Denunciado	249
18.7	Julgamento da Denúnciação da Lide.....	249

Capítulo 19 – CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	251
19 CASOS DE CHAMAMENTO AO PROCESSO	251
19.1 Citação dos Litisconsortes Passivos e Prazo para sua Efetivação .	252
19.2 Constituição do Título Executivo	254
Capítulo 20 – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 257	
20 PERSONALIDADE JURÍDICA	257
20.1 Desconsideração da Personalidade Jurídica	258
20.2 Teoria da Desconsideração e Teoria do Abuso da Personalidade Jurídica	258
20.3 Legitimação para Instaurar a Desconsideração	259
20.4 Pressupostos Legais da Desconsideração	259
20.5 Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica.....	260
20.6 Instauração do Incidente de Desconsideração	261
20.7 Incidente de Desconsideração e Suspensão do Processo.....	261
20.8 Procedimento no Incidente de Desconsideração	262
20.9 Decisão do Incidente por Interlocutória	263
20.10 Recurso de Agravo Interno.....	264
20.11 Alienação ou Oneração de Bens em Fraude de Execução.....	264
20.12 Dispensa de Instauração do Incidente de Desconsideração	265
Capítulo 21 – INTERVENÇÃO COMO <i>AMICUS CURIAE</i>	269
21 CASOS DE INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	269
21.1 Preservação da Competência e Embargos de Declaração	271
21.2 Definição dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	272
21.3 Recurso Admitido ao <i>Amicus Curiae</i>	273
Capítulo 22 – PARTÍCIPES DO PROCESSO E ATIVIDADES PROCESSUAIS	277
22 PARTÍCIPES DO PROCESSO.....	277
22.1 Lacuna ou Obscuridade da Lei	280
22.2 Decisão por Equidade.....	280
22.3 Limites à Decisão do Juiz.....	281
22.4 Responsabilidade Civil do Juiz	281
22.5 Impedimentos e Suspeição do Juiz.....	283
22.6 Impedimento Decorrente de Parentesco	294
22.7 Impedimento e Suspeição de Partícipes do Processo	295
Capítulo 23 – AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	299
23 PRINCIPAIS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	299

23.1	Atribuições do Escrivão ou Chefe de Secretaria	301
23.2	Atribuições do Oficial de Justiça.....	303
23.3	Responsabilidade Civil do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça	304
23.4	Atribuições e Responsabilidade do Perito.....	305
23.5	Atribuições e Responsabilidade do Depositário ou Administrador.....	308
23.6	Atribuições do Intérprete ou Tradutor	309
Capítulo 24 – MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO		311
24	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO ENTRE PARTICULARES.....	311
24.1	Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública.....	312
24.2	Princípios Informativos.....	313
24.3	Confidencialidade e Sigilo	314
24.4	Estímulo à Conciliação e à Mediação.....	315
24.5	Escolha do Conciliador ou Mediador	315
24.6	Cadastro de Conciliadores e Mediadores	316
24.7	Exclusão do Cadastro e suas Consequências.....	318
24.8	Remuneração do Conciliador ou Mediador.....	320
24.9	Conciliação e Mediação Extrajudicial.....	321
Capítulo 25 – MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOCACIA PÚBLICA		323
25	MINISTÉRIO PÚBLICO	323
25.1	Atribuições do Ministério Público.....	324
25.2	Ministério Público como Fiscal da Ordem Jurídica	324
25.3	Privilégios do Ministério Público.....	326
25.4	Responsabilidade Civil do Ministério Público	327
25.5	Advocacia Pública.....	328
25.6	Defensoria Pública	330
Capítulo 26 – ATOS PROCESSUAIS.....		333
26	FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	333
26.1	Publicidade dos Atos Processuais	334
26.2	Sigilo dos Atos Processuais.....	334
26.3	Uso da Língua Portuguesa.....	337
26.4	Flexibilização do Procedimento Judicial e Calendário Processual	338
26.5	Atos Processuais por Meio Eletrônico.....	341
26.6	Atos Processuais das Partes.....	342

26.7	Cotas Marginais e Interlineares	343
26.8	Pronunciamentos do Juiz no Processo.....	345
26.9	Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria	347
26.10	Tempo e Lugar dos Atos Processuais.....	349
26.11	Problemática dos Prazos e Depoimento Fora da Sede do Juízo	351
26.12	Litisconsortes com Diferentes Procuradores.....	357
26.13	Começo da Contagem do Prazo	358
Capítulo 27 – PRAZOS E PENALIDADES		361
27	PRAZOS E PENALIDADES PROCESSUAIS.....	361
27.1	Descumprimento de Prazo e Penalidade pelo Excesso.....	362
27.2	Excesso Injustificado de Prazo pelo Juiz ou Relator	365
Capítulo 28 – COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS.....		367
28	CUMPRIMENTO DE ATOS PROCESSUAIS.....	367
28.1	Cartas Comunicatórias	369
28.2	Citação para a Demanda.....	370
28.3	Efeitos da Citação Válida.....	371
28.4	Improcedência Liminar do Pedido	374
28.5	Formalidades na Citação	375
28.6	Circunstâncias Impedientes da Citação	376
28.7	Formas de Citação.....	378
28.7.1	Citação por meio eletrônico	380
28.8	Citação pelo Correio.....	384
28.9	Citação pelo Oficial de Justiça	386
28.10	Citação por Edital	394
28.11	Citação por Carta.....	399
28.12	Problemática da Intimação	410
28.13	Procedimento Edital	419
Capítulo 29 NULIDADES PROCESSUAIS		423
29	NULIDADES E IRREGULARIDADES PROCESSUAIS	423
29.1	Predeterminação da Forma do Ato	424
29.2	Nulidade e Preclusão.....	425
29.3	Intervenção Obrigatória do Ministério Público	426
29.4	Formalidades da Citação e da Intimação.....	427
29.5	Sanação de Nulidades e Irregularidades.....	429
29.6	Erro na Forma do Processo	431

Capítulo 30 – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	435
30 DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	435
30.1 Forma de Distribuição	436
30.2 Distribuição por Dependência	437
30.3 Dispensa de Juntada de Procuração	439
30.4 Correção de Erro ou Falta de Distribuição	440
30.5 Fiscalização da Distribuição	441
30.6 Cancelamento da Distribuição	441
Capítulo 31 – VALOR DA CAUSA.....	443
31 VALOR DA CAUSA	443
31.1 Critérios de Fixação do Valor da Causa.....	444
31.2 Impugnação ao Valor da Causa.....	447
Capítulo 32 – TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA DE URGÊNCIA.....	449
32 TUTELA PROVISÓRIA E SUAS MODALIDADES	449
32.1 Eficácia da Tutela Provisória.....	450
32.2 Medidas Adequadas na Efetivação da Tutela Provisória.....	451
32.3 Efetivação da Tutela Provisória.....	452
32.4 Motivação na Decisão sobre Tutela Provisória	453
32.5 Competência na Tutela Provisória.....	454
32.6 Pressupostos da Tutela de Urgência.....	456
32.7 Elementos Conaturais do Sistema de Tutela Jurídica.....	457
32.8 Perigo de Irreversibilidade dos Efeitos da Decisão Liminar	458
32.9 Audiência de Justificação Prévia	459
32.10 Medidas de Urgência Nominadas.....	460
32.11 Prejuízo Decorrente da Efetivação da Tutela de Urgência	462
Capítulo 33 – TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	465
33 TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	465
33.1 Audiência de Conciliação ou Mediação	470
33.2 Contestação da Demanda	471
33.3 Não Aditamento do Pedido e Extinção do Processo	472
33.4 Requisito Específico do Pedido de Tutela Antecedente	472
33.5 Indeferimento da Petição Inicial e Extinção do Processo.....	473
33.6 Estabilização da Tutela Antecipada.....	474
33.7 Extinção do Processo com Resolução de Mérito.....	475
33.8 Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Estabilizada	476
33.9 Decadência da Ação de Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Estabilizada	477

33.10	Conservação dos Efeitos da Tutela Estabilizada	477
33.11	Tutela Antecipada de Urgência e Coisa Julgada	478
Capítulo 34 – TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE.....		481
34	TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE	481
34.1	Fungibilidade da Tutela Cautelar em Tutela Antecipada	484
34.2	Defesa na Cautelar em Caráter Antecedente sem Liminar	485
34.3	Revelia no Pedido Cautelar Antecedente	487
34.4	Contestação do Pedido e Observância do Procedimento Comum	488
34.5	Efetivação da Tutela Cautelar e Formulação do Pedido Principal	488
34.6	Pedidos Principal e Cautelar Conjuntos	489
34.7	Aditamento da Causa de Pedir	490
34.8	Audiência de Conciliação ou Mediação	490
34.9	Contestação na Tutela Cautelar com Liminar	491
34.10	Cessação da Eficácia da Tutela Cautelar Antecedente	492
34.11	Indeferimento da Tutela Cautelar e Formulação do Pedido Principal	494
Capítulo 35 – TUTELA DA EVIDÊNCIA.....		499
35	TUTELA DA EVIDÊNCIA	499
35.1	Concessão da Tutela Liminar	505
35.2	Problemática da Estabiliza�o na Tutela da Evidência	506
Capítulo 36 – FORMA�O, SUSPENSÃO E EXTIN�O DO PROCESSO.....		509
36	FORMA�O DO PROCESSO.....	509
36.1	Suspensão do Processo.....	510
36.2	Extin�o do Processo.....	523
REFERÊNCIAS.....		525
ÍNDICE REMISSIVO		529